

Crise política afeta a economia, diz a Andima

CORREIO BRAZILIENSE

04 JUL 1992

A crise política que o País, atravessa, segundo a Andima, foi aprofundada esta semana, com graves denúncias contra o presidente Collor, gerando perplexidade entre a população e um forte clima de expectativa em relação ao seu pronunciamento oficial, e aos resultados das apurações da Comissão Parlamentar de Inquérito. Com isto, as discussões passaram a se concentrar nos sérios riscos que a falta de credibilidade no Governo pode causar à economia e nas consequências no caso de ser pedido o impeachment, no atual momento para o País.

Não se pode ainda saber até que ponto o Governo poderá manter a política econômica imune aos desdobramentos da crise política, mas, mesmo antes dos novos fatos, a inflação já apresenta sinais de deslocamento do patamar que vinha sendo mantido e, já em junho, apresentou aceleração, conforme indica o IGP-M, apontando elevação dos preços de 23,61 por cento, contra 20,43 por cento do mês anterior, com aumento significativo nos três índices que o compõem: o IPA passou de 19,98 por cento para 23,28 por cento; o IPC foi de 21,87 por cento para 23,27 por cento; e o INCC expandiu-se de 17,74 por cento, em maio, para 27,55 por cento.

Enquanto a Nação se concentrava no pronunciamento oficial do presidente Collor, o Governo, com o objetivo de dar maior incentivo à economia, decidiu suspender o contingenciamento do

crédito direto ao consumidor, que estava limitado desde maio de 1990, e, paralelamente, reduzir a alíquota do IOF incidente sobre estas operações, de 1,0 para 0,5 por cento sobre o valor líquido financiado.

Com estas medidas, contidas na Circular nº 2.197, acaba a restrição de concessão de empréstimo pessoal equivalente a 60 por cento do volume total de operações existentes em 15/05/90, com as posições corrigidas pela TR. Na realidade, esta medida poderá provocar algum aquecimento do consumo, num primeiro momento, para os bens de consumo duráveis.

Escândalos — A aprovação dos projetos de maior importância vai depender do prestígio do Governo junto ao Congresso, prejudicado, nos últimos meses, pela série de escândalos que vem assolando o País. Apesar do forte desgaste político do atual Governo, o ministro Marcílio Marques Moreira, com seu prestígio pessoal, vem mantendo postura austera e persistente na condução da política econômica, suavizando os efeitos dos recentes problemas políticos sobre a economia do País.

Ao reafirmar constantemente que não ira adotar medidas radicais no combate à inflação — tais como choques e congelamentos —, garantindo que o virtual agravamento da crise política não ira alterar o rumo da política econômica, o ministro tem conseguido equilibrar as expectativas dos agentes econômicos.